



CÂMARA MUNICIPAL DE MARIANA

Praça Minas Gerais, nº 89 – Centro, Mariana/MG.
Unidade Administrativa: Rua do Seminário, nº 237 – Centro, Mariana/MG.
www.camarademariana.mg.gov.br • Telefone: (31) 3557-6200

ATA DA REUNIÃO PRESENCIAL/POR VIDEOCONFERÊNCIA DA COMISSÃO PERMANENTE DE EDUCAÇÃO, SAÚDE, ASSISTÊNCIA SOCIAL, ESPORTE, LAZER E TURISMO ATENDENDO AO OFÍCIO Nº 19/2024 DA LAVRA DO VEREADOR JOSÉ ANTUNES VIEIRA, REALIZADA NA CÂMARA MUNICIPAL DE MARIANA, NO DIA OITO DE AGOSTO DE DOIS MIL E VINTE QUATRO (08-08-2024).

Ao oitavo dia do mês de agosto de dois mil e vinte e quatro, quinta-feira, às dez horas e cinco minutos, foi realizada a reunião presencial/ por videoconferência para tratarem sobre: portaria do Ministério da Saúde 4.873 de 18 de julho de 2024: Suspende a parcela de transferências de incentivos financeiros das equipes de serviço de atenção primária com a ausência de alimentação do Sistema de Informação em Saúde pela Atenção Básica (SISAB), a ministra do estado da saúde nos usos das atribuições que lhe conferem nos incisos I e II, do parágrafo único do art. 87 da constituição federal, considerando a ausência de alimentação do Sistema de Informação em Saúde para Atenção Básica (SISAB), identificadas nas competências do CNES de março, abril e maio resolve: suspender a parcela de transferência de incentivos financeiros das equipes de serviços de atenção primárias constantes nos anexos I e II desta portaria, com a ausência de alimentação do Sistema de Saúde para Atenção Básica (SISAB), por três competências consecutivas”, na qual o município perdeu 10 equipes de estratégia de saúde da família (PSF) e o Governo Federal descredenciou 10 equipes em Mariana. o município vai deixar de receber o repasse para fazer o pagamento dessas equipes, que vai totalizar o valor de R\$240 mil por mês”. **Participaram da reunião:** o vereador José Antunes Vieira, Ricardo de Miranda Thomaz, Ronaldo Alves Bento e Marcelo Monteiro Macedo. **Registraram Presença:** Danilo Brito das Dores, Secretário Municipal de Governo; Germano Zanforlim de Araújo, Secretário Municipal de Saúde. **ABERTURA:** “Em nome de Deus e do Povo Marianense, havendo número regimental”, o Vereador José Antunes iniciou os trabalhos cumprimentando a todos, seguidamente solicitou a leitura das correspondências. Com a palavra, o Vereador Ronaldo Bento cumprimentou a todos e disse que diante da denúncia que fora apresentada, gostaria que a Secretaria de Saúde esclarecesse os fatos para a população e para que ficasse registrado, e solicitou que o Secretário de Saúde encaminhasse a esta Casa toda a documentação referente a denúncia para ser analisada. Com a palavra, o Sr. Germano cumprimentou a todos e disse que o pedido de esclarecimento foi feito em cima da portaria 4873 de 18 de julho de 2024, e que se trata de uma suspensão provisória da transferência de recurso de dez unidades de saúde e tiveram problema de transmissão de informação, que isso não se trata de descredenciamento ou perda de recurso, mas que o recurso só está suspenso até que se corrija a informação. Pontuou que várias coisas podem ter causado essa suspensão, como um problema no processamento das informações no Ministério da Saúde, as informações podem não ter sido enviadas dentro do prazo estabelecido. Seguidamente explicou como funciona o processo de produção das informações e o processo da coleta dos dados dentro do



CÂMARA MUNICIPAL DE MARIANA

Praça Minas Gerais, nº 89 – Centro, Mariana/MG.

Unidade Administrativa: Rua do Seminário, nº 237 – Centro, Mariana/MG.

www.camarademariana.mg.gov.br • Telefone: (31) 3557-6200

Ministério da Saúde. Pontuou que já iniciaram o processo de reenvio das informações do primeiro trimestre deste ano. Reiterou que a suspensão não se trata de perda de recurso, e sim, de um momento em que o recurso é travado para que se confirmem as informações que foram processadas pelo sistema e quando sanarem as inconsistências, o recurso retorna. Finalizou dizendo que o ministério da saúde não informa qual foi o critério utilizado para a suspensão do recurso, dessa forma a Secretaria estaria ajustando três pontos: atualização do CNES, reenvio da produção dessas unidades e análise das inconsistências nos próximos dias, para verificar se há mais ajustes a serem feitos. Destacou que estão dentro do prazo de cento e vinte dias de reenvio das informações para que esse recurso retorne para as unidades básicas de saúde (UBS). Se comprometeu a enviar a esta Casa os relatórios que demonstram o processo de correção e suspensão, assim que forem gerados pelo Ministério da Saúde. O Vereador Ronaldo Bento perguntou se essas inconsistências nas informações já estavam sendo tratadas dentro da Secretaria de Saúde ou se só começaram após a denúncia feita pelo Vereador Juliano Vasconcelos na Reunião Ordinária da última segunda-feira. Em resposta, o Sr. Germano disse que teriam identificado a suspensão de parte do recurso no mês de julho e que já teriam iniciado o processo de ajustes das informações antes da denúncia. Com a palavra o Vereador Ronaldo Bento perguntou se a suspensão do recurso teria ocorrido pela ineficiência dos colaboradores em alimentar o sistema de informações. Em resposta, o Sr. Germano negou, disse que é realizado um processo de fechamento de produção mensal e reiterou a sua fala anterior sobre as inconsistências do sistema, ratificou que o Ministério da Saúde não informa de onde veio o erro e que não pode confirmar que se trata de ineficiência dos colaboradores, pois existem vários fatores que podem ocasionar a suspensão do recurso, como já foi explicado. Com a palavra, o Vereador Ronaldo Bento perguntou se “a suspensão do recurso se deve à irresponsabilidade administrativa, ou se deve ao governo ao município, ou é uma situação que acontece?”. Em resposta o Sr. Germano disse que suspensão se trata de um processo administrativo, que se corrige informando devidamente e alimentando os sistemas e esperando a crítica do Ministério da Saúde, e que após a crítica é possível realizar todas as apresentações e as atualizações, dessa forma não se pode atribuir esse evento como uma irresponsabilidade, é uma coisa que acontece o tempo todo com sistemas informatizados. Com a palavra, o Vereador Ricardo Miranda cumprimentou a todos e disse que há perda com a suspensão, visto que se os serviços vão ser continuados o recurso tem que sair de outro lugar. Perguntou por que houve a suspensão somente em dez unidades básicas de saúde e não nas demais, quais são as unidades que tiveram o recurso suspenso, como é feita a alimentação das informações no sistema, e se são as próprias unidades de saúde que alimentam o sistema do governo. Em resposta, o Sr. Germano disse que não há perda, pois o recurso retorna quando as informações forem corrigidas e que as unidades que tiveram problema com o processamento das informações foram as UBS de: Águas Claras, Cachoeira do Brumado, Monsenhor Horta, Santa Rita Durão, Cabanas, Santo Antônio, Rosário e as unidades um, dois e três do Centro. Sobre como é alimentado o sistema do governo, disse que “todos os atendimentos realizados nas UBSs são registrados e vão para um banco de dados, e no final de cada competência são



CÂMARA MUNICIPAL DE MARIANA

Praça Minas Gerais, nº 89 – Centro, Mariana/MG.

Unidade Administrativa: Rua do Seminário, nº 237 – Centro, Mariana/MG.

www.camarademariana.mg.gov.br • Telefone: (31) 3557-6200

importadas todas as informações e transmitidas dentro do sistema oficial do Ministério da Saúde, e podem existir falhas dentro do processo de registro dessa informação, no processo de transferência do sistema de informação, no processo de transferência para o ministério da Saúde e no processamento do Ministério da Saúde”. Finalizou dizendo que as críticas são importantes e que com essa situação estão aumentando o processo de análise do que está acontecendo no Município. **Palavra livre: ENCERRAMENTO:** Não havendo mais a tratar, “em nome de Deus e do povo Marianense,” o Vereador José Antunes agradeceu a presença de todos e encerrou a reunião às dez horas e trinta e seis minutos. Para constar, lavrou-se esta ata, que será assinada.